

Censura e violência do Governo Provisório: A cobertura da imprensa fluminense sobre empastelamento do *Diário Carioca*

Censorship and violence during the Provisional Government: The coverage of Rio de Janeiro's press on the jamming of the *Diário Carioca*

Leandro Tonete
Mestre em História
Universidade de Brasília (UnB)
lrtonete@gmail.com

Recebido em: 11/05/2021
Aprovado em: 28/07/2021

Resumo: O ambiente político do Governo Provisório (1930-1934) revela aspectos históricos da interação entre o Estado e a mídia. Por conseguinte, destaca-se a proximidade dos periódicos do Rio de Janeiro com figuras políticas, o que possibilita observá-los como termômetros da repressão sofrida pelos jornais no período. Nesse aspecto, a destruição do *Diário Carioca* em 1932 ilustra o cenário de repressão ao trabalho da mídia, além das consequências políticas já extensamente relatadas na historiografia. Logo, o presente levantamento sobre o empastelamento do *Diário Carioca* contribui para a construção do mosaico político do Governo Provisório e demonstra a perspectiva da imprensa fluminense sobre o acontecimento tendo em vista a importância dos meios de comunicação para a liberdade de pensamento e de cidadania.

Palavras-chave: Diário Carioca; Governo Provisório; Imprensa Fluminense.

Abstract: The political situation of the Provisional Government (1930-1934) reveals details about the interaction between the State and the media. The closeness with political figures of the government made Rio de Janeiro's publications thermometers of the repression perpetrated on newspapers. The destruction of *Diário Carioca* in 1932 not only had political consequences, which is widely portrayed in historiography, but also illustrates the scenario of journalistic newsrooms and the continuity in the repression of the work of the media. The present survey on the jamming of the

Diário Carioca contributes to a construction of the political mosaic of the Provisional Government and demonstrates the perspective of Fluminense press considering the importance of media freedom of thought and citizenship.

Keywords: Diário Carioca; Provisional Government; Fluminense Press.

Introdução

O estudo sobre a democracia representativa moderna aponta para um crescente protagonismo da imprensa como ferramenta de interferência no coletivo – seja de criação ou distorção de realidades – e de compreensão social através de observações dos “imensos gânglios de comunicação que ligam, influenciam e dão forma social, política e econômica.” (O’MAHONY, 1974, p. 47, 48). Observar a década de 1930 contribui para essa percepção, uma vez que há pesquisas que pontuam a fragilidade das democracias e da supressão de mídias de notícias em todo o mundo, principalmente na Europa onde instituições “[...] não tardaram em colapsar e dar lugar a regimes autoritários de direita, geralmente instaurados por meio de um golpe militar.” (BERSTEIN; MILZA, 1996, p. 201).

O cenário político brasileiro dos 1920 e 1930 apresenta elementos correspondentes que caracterizaram uma crescente intervenção do estado sobre veículos de imprensa. O abrupto encerramento da Primeira República com a tomada de poder pelo então presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, e seus aliados não encerrou a prática da censura e da violência contra jornais. Antes, houve uma escalada de práticas voltadas para a supressão de periódicos de oposição. Posto isso, o estudo dos eventos e da dinâmica política do Governo Provisório (1930 – 1934) abre caminho para a representação do mosaico de ideias que compõem esse período de crescente autoritarismo contra jornais.

Nesse recorte, é certo o protagonismo da figura de Getúlio Vargas. A administração burocratizada instalada pelo Governo Provisório, os estudos sobre as convicções ideológicas delineadas pelos biógrafos de atores políticos e o modelo de gestão pendular são elementos que

favorecem pesquisas historiográficas centradas no chefe do executivo (PANDOLFI, 2007, p. 20, 21). Tendo em vista a força dessa personalidade, é relevante observar que o plano de ação paulatinamente instalado no Estado brasileiro da década de 1930 não esteve limitado a um projeto individual. Antes, “[...] o governo instituído a partir do desenvolvimento da Revolução de 1930 ancorou-se sobre as propostas de uma tradição de pensamento político autoritário, cujos principais representantes são Alberto Torres e Oliveira Vianna” assim como nas “[...] críticas de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand.” (MATOS, 2009, p. 217). Alguns estudos apontam, ainda, para os atos do Governo Provisório e do Estado Novo como sendo a concretização de propostas política do Movimento Modernista de 1922, principalmente as que tangiam o papel antiliberal do Estado o qual passa a marcar “[...] a sua presença em todos os domínios da vida social [...]” (VELLOSO, 1987, p.14).

Ao mesmo tempo, as principais leis e medidas adotadas, bem como os atos não oficiais, foram construídas com o auxílio de aliados políticos que, anteriormente, haviam cooperado na formação da Aliança Liberal, ou seja, um “[...] verdadeiro estuário para onde convergiram todas as mais candentes insatisfações da sociedade fatigada daquela falácia, maculando as instituições da Primeira República.” (ALCYR, 2008, p. 77). O complexo arranjo político, baseado na conciliação do Governo Provisório com atores destoantes oriundos do palco político liberal ou do grupo que ansiava por transformações radicais nas áreas sociais e econômicas, convergiu em um Estado mais frágil em suas bases no que se refere à tomada de decisão.

Para contribuir com a construção dessa malha de interpretação, é interessante evidenciar relações entre os atos Governo Provisório e demais setores sociais que aprofundem o entendimento do cenário em análise. Um desses elos é com os veículos de mídia, interação especialmente relevante durante a década de 1930, momento em que a relação do Estado com os meios de comunicação começa a se tornar mais intensa por meio da censura engendrada, primeiro, pelo Ministério da Educação e Política até 1934, em seguida pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural,

órgão submetido ao Ministério da Justiça, e, por fim, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, já durante o Estado Novo (BARBOSA, 2006, p. 219).

Existe grande relevância dos veículos impressos para a constatação de um arcabouço de ideias, em especial durante os anos 1930 quando os jornais predominavam como ferramenta de comunicação e propagavam uma miríade de opiniões e visões do ambiente político. Embora a circulação de papéis impressos tivesse como limitação à baixa taxa de alfabetizados, cerca de 25% quando do censo de 1925, ao longo das décadas anteriores, as redações haviam se estabelecido como “imprensa-empresa”, as quais disputavam “a preferência de um círculo diminuto de leitores, fonte não apenas de recursos, afinal parte da receita advinha das vendas que, por sua vez, atraíam ou afastavam os anunciantes, mas também de prestígio e legitimidade para as ideias defendidas nas suas páginas” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 2684-2686).

Nessa estrutura, desenvolviam-se as linhas editoriais que permeavam reportagens e colunas, algo característico da imprensa como um todo. Dentro desse recorte, os jornais buscavam deixar em evidência a posição de seus editores e detentores sobre os acontecimentos noticiados, não só em razão da já mencionada busca por prestígio, mas também para atender anseios políticos imediatos, tal como, apoiar uma dada situação política ou opor-se a ela. Para observar a cultura de pensamentos transmitida por meio dos textos e imagens publicados, faz-se imperativo observar os periódicos em suas particularidades sociais e temporais. “Pensar a ação dos meios de comunicação na sociedade pressupõe reconstruir, interpretar e dar um sentido presumido a essas questões numa dimensão espaço-temporal” (BARBOSA, 2006, p. 218).

Uma vez empregado o devido tratamento às fontes bibliográficas, o levantamento de informações apresentado encaixa-se no que ficou conhecido como “História Política” não por conta dos personagens ou da documentação que está sendo trabalhada, mas por encaixar-se na proposta de estudo do que se chamou de “Cultura Política” como conceituado por Serge Berstein:

[...] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a

uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico (BERSTEIN, 1998, p. 350-351).

Essa “[...] grelha de leitura do político pela cultura [...]” permite fugir de interpretações rigorosamente internalistas, “[...] como se elas se situassem fora do tempo [...]” (REVEL, 2009, p.133). Por isso, buscar entender como a mídia respondia aos ataques contra a liberdade editorial não se trata apenas de uma história factual, mas de uma pesquisa do político. Nessa perspectiva, este texto propõe-se a contemplar a cobertura do empastelamento do jornal *Diário Carioca* pelos periódicos do Rio de Janeiro o que permite uma visita a conceitos de liberdade da imprensa, da noção de imprensa como patrimônio coletivo e do ambiente das redações bem como sua relação com o governo no início da década de 1930.

A destruição da sede do *Diário Carioca* possui grande relevância, realizada logo após a publicação do Código Eleitoral e das sucessivas críticas por parte do periódico ao Governo Provisório, porque evidenciou a proximidade do Executivo com a ala militar identificada com o Clube 03 de Outubro, “[...] organização nacional do movimento tenentista [...] criado em fevereiro de 1931 e que funcionou até 1935” (PANDOLFI, 2007, p.21). Desde meados de dezembro de 1930 o jornal iniciou críticas sistemáticas ao Governo Provisório. Os comentários alcançariam a pessoa de Vargas no ano seguinte. Com a iminente publicação do Código Eleitoral em 1932 e do início de um processo que desembocaria na Constituição de 1934, as críticas a integrantes mais radicais do Catete, marcadamente contra Góis Monteiro, incomodaram militares dos quartéis do exército, o quais perpetraram o ataque na noite do dia 25 de fevereiro de 1932.

A violência contra jornais durante os primeiros anos do Governo Provisório teve apoio de atores políticos que atuavam dentro na tomada de decisão do governo, todavia, sem o característico verniz de legalidade utilizado pelo Estado Novo. Dentro dos limites institucionais, houve a criação do Departamento Oficial de Publicidade (DOP) no dia 2 de julho e “vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores [...] Suas atribuições limitavam-se ao fornecimento de informações

oficiais à imprensa” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 2913). Posto isso, o episódio retrata bem o *modus operandi* adotado até aquele momento e deve ser contemplado nesse contexto para que, então, seja possível compreender as manifestações da imprensa em torno do empastelamento.

O acontecimento mobilizou os jornais de todo o Brasil, mas um recorte que torne o trabalho viável é delimitar a cobertura aos periódicos cariocas. A principal razão para isso é que “A complexidade das relações políticas, que se inicia com a coalizão de forças que assume o poder em 1930, se reflete na própria configuração do jornalismo na Capital da República” (BARBOSA, 2006, p. 220). Ademais, o crescimento urbano da cidade e sua dinâmica social é relevante na medida em que, como aponta Ostos (2014, p. 27), “[...] as mudanças político-institucionais e o processo de expansão de um estilo de vida moderno [...] acelerava o ritmo das transformações sociais”. Uma vez apreciada essa opção, foram consultados, segundo Martins e Luca (2012, p. 2844), “alguns dos títulos mais importantes do país”, quais sejam: o *Jornal do Commercio*, *O Jornal*, *Diário da Noite*, *A Noite*, o *Correio da Manhã*, *O Globo* e o próprio *Diário Carioca*. Para todos os fins, o foco foi mantido no dia posterior ao ataque e nos editoriais que trataram do tema.

A permanência do autoritarismo no Governo Provisório de Vargas

Em meio às incertezas da virada de 1920 para 1930, o fim da Primeira República descortinou a violência de instituições corroídas por corrupção, choques econômicos e um crescente autoritarismo por parte do Executivo. Intervenções federais para a derrubada de inimigos e a degola de opositores eleitos foram a regra no jogo político especialmente após a presidência de Campos Sales, quem participou da formulação das Comissões Verificadoras de Poderes, verdadeiras armas para sufocar oponentes. Outro exemplo foram as administrações de Hermes da Fonseca e Bernardes, caracterizadas por intervenções em estados governados por opositores. Deste modo, para conseguir um lugar junto ao governo federal restava o caminho da aliança e do compromisso. De acordo com Viscardi (2012, p. 202, 203), “[...] o discurso militar que justificava as intervenções e atraía as

oligarquias para uma aliança era o da defesa de uma distribuição de poder mais equitativa entre as unidades federadas brasileiras.”

Não só havia um ambiente de intimidação no cotidiano institucional, mas também na esfera social e cultural. A luta pela liberdade negra alcançara, já no apagar das luzes do Império, o fim da escravidão legal no Brasil. Entretanto, no arcabouço de ideais da República estava o racismo do darwinismo social:

Tal configuração social, que levou à exclusão de boa parte da população das principais instituições brasileiras, produziu ainda um apagamento dos poucos intelectuais negros que haviam logrado se distinguir na época colonial e especialmente durante o Império. Também ocultou a formação de uma série de sociedades, associações e jornais comunitários negros, idealizados na Primeira República, que procuravam, na base da coletividade, lutar pela necessária inclusão social. Conforme define o sociólogo Mário Augusto Medeiros da Silva, essa seria uma “dupla morte” das pessoas negras; mata-se o indivíduo, mas também sua memória. (SCHWARCZ, 2019, p. 330-334).

Em centros urbanos e no campo, a repressão e a violência contra populações fizeram vítimas. Em Canudos, no movimento de Contestado e em Juazeiro, a agressividade do governo frente ao que era caricaturado pelo Estado brasileiro como “degenerações” e “fanatismos religiosos” deu a tônica da repressão aos movimentos (SCHWARCZ, 2012, p. 56). Já os operários e os praças militares que sofriam com a falta de cobertura social realizaram levantes como luta por direitos básicos de trabalho, as quais eram respondidas com prisões e deportações. Isso ilustra “como as classes dominantes e os governantes brasileiros estavam acostumados a lidar com as classes subalternas” (BATALHA, 2006, p. 185).

A repressão ganhou lugar no conjunto legal brasileiro através das “Leis Adolfo Gordo”. O conjunto de parâmetros previa a expulsão de estrangeiros que perturbassem a “tranquilidade pública” (BRASIL, 1907). Na prática, o texto era uma ameaça a imigrantes que aderissem aos sindicatos ou às manifestações que ganhavam força na década de 1920. Em 1922, o senador Adolfo Gordo dá sequência a tentativa de regular movimentos populares com uma lei voltada para a imprensa. O texto previa multas e prisão aos responsáveis por notícias que ofendessem a moral e os bons costumes ou

mesmo a imagem do “Presidente da República no exercício de sua função ou fora dele” (BRASIL, 1923).

O projeto de lei esteve diretamente relacionado com os ataques e ofensas feitas às Forças Armadas em cartas falsificadas atribuídas a Bernardes e que contribuíram para a instabilidade dos quartéis durante seu governo. Mas o resultado direto do ato aprovado foi

o cerceamento legal dos direitos de trabalhadores à ação organizada e à livre expressão de suas ideias e opiniões por meio da imprensa, permitindo à ação policial fechar associações, sindicatos, redações e oficinas impressoras mantidos por trabalhadores, além da repressão e prisões contra redatores e gráficos de vários jornais operários (MACIEL, 2016, p. 424).

O ambiente hostil não coibiu que, com o início da campanha presidencial para 1930, parte considerável dos periódicos se alinhasse com a oposição ao presidente Washington Luís e ao seu candidato, o então presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Jornais como *Correio da Manhã*, *Diário Carioca* e os *Diários Associados* apoiaram a chapa de oposição Vargas-Pessoa. O acirrado pleito, marcado por irregularidades, chancelou a derrota da candidatura de oposição. Enquanto apoiadores da chapa, como Borges de Medeiros, reconheciam a derrota, a ala mais jovem e menos simpática ao jogo de alianças, talvez mais bem representada por Oswaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, movimentava os bastidores para um movimento armado. O estopim artificial foi elaborado a partir do assassinato de João Pessoa e a ofensiva foi iniciada em outubro de 1930. Em simultâneo, a mídia de oposição ao governo de Luís abriu frente nas publicações. Imediatamente o Executivo respondeu seus opositores com uma sequência de prisões arbitrárias, nas quais

[...] foram particularmente visados jornalistas: redatores e operários de *A Batalha*, *A Esquerda*, *Diário Carioca*, *O Jornal* e o *Diário da Noite* foram detidos. Os secretários e diretores de todos os jornais, convidados a comparecerem ao gabinete do chefe de polícia, receberam instruções quanto ao noticiário permitido. Alguns jornais deixaram de circular (SODRE, 2007, p.374).

A desorganização do exército e o apoio urbano favoreceu a vitória militar dos revoltosos em novembro de 1930. A tomada de poder, no entanto, não encerrou os ataques aos jornais. O alvo

passou a ser veículos e jornalistas que haviam apoiado o presidente deposto. Grupos armados com tochas, pedras e pedaços de pau depredaram, destruíram e atearam fogo em redações de jornais. Foram atacados por “multidões” os periódicos “*O País, Gazeta de Notícias, A Noite* e o *Jornal do Brasil* e, em São Paulo [...] o *Correio Paulistano, A Gazeta* e as *Folhas da Manhã e da Noite*.” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 2845-2847).

O Governo Provisório instalou-se com jornais de oposição silenciados. O grau de destruição sobre algumas redações foi tão agressivo que periódicos como *O Correio Paulistano* e *O País* deixaram de existir. Maquinários e materiais não destruídos foram apropriados pela Imprensa Nacional. Outros veículos, como *O Jornal do Brasil*, passaram por mudanças editoriais e jornalistas mais afinados com a plataforma do Governo Provisório realizavam autocensura para amenizar possíveis críticas (SODRE, 2007, p. 376-377).

O Diário Carioca e sua trajetória: de aliado a perseguido

A falta de vozes na mídia impressa de oposição ao Governo Provisório duraria pouco. Com a formação do novo governo, ficou evidente a fragilidade das alianças que impulsionaram o golpe sobre a Primeira República. Em São Paulo, o pouco apoio prestado a Vargas e seus correligionários foi corroído pelas sucessivas indicações de militares como interventores e o descaso do novo chefe do executivo nacional para com os quadros do Partido Democrático (PD), agremiação aliada do gaúcho em outubro de 1930. No processo, *O Estado de São Paulo*, principal veículo difusor do PD, *A Gazeta* e o recém-criado *Correio de São Paulo* migraram para a oposição. Seguindo o mesmo caminho, o jornal de José Eduardo Macedo Soares, o *Diário Carioca*, rompia com o Governo Provisório menos de dois meses após a tomada do Catete (SODRE, 2007, p. 377).

É necessário esclarecer que o *Diário Carioca* era um veículo de opinião e seu proprietário jamais escondeu o desejo de utilizá-lo como meio de propagar seus ideais e interferir na política, tal qual havia sido seu primeiro jornal, *O Imparcial*, um dos periódicos usados como plataforma para a campanha de Nilo Peçanha. Macedo Soares era irmão de José Carlos Macedo Soares, empresário e

político com ligação com o PD paulista e forte envolvimento com a oposição ao PRP (Partido Republicano Paulista). Seu irmão havia apoiado Vargas, mas não conseguiu estabelecer boas relações com o interventor nomeado em São Paulo, João Alberto. Há evidências nas colunas citadas que o tom crítico adotado por Macedo Soares em seu jornal esteve relacionado com a presença militar em São Paulo e o desfavorecimento do PD como opção de aliança. Nos momentos em que o Governo Provisório toma o lado de setores radicais pouco favoráveis a democracia, como o Clube 03 de Outubro, Macedo Soares apresentava críticas que se encaixam nos contornos ideológicos dos filiados ao PD paulista, apresentados por Prado (1984, p. 75) como um grupo de “[...] ideário democrático-burguês — ainda que não fosse um discurso inovador [...]” que “[...] ressurgia como bandeira reformista e moralizadora. Esses cidadãos acreditavam que a única resposta aos problemas do Brasil era a democracia, ideal demiúrgico, que tudo redimiria e tudo faria florescer”.

O fim do apoio ao Governo Provisório veio através de crescentes críticas aos setores militares escolhidos para compor a nova gestão do Estado por meio de editoriais com autoria homogênea, em outras palavras, todos assinados por Macedo Soares e apresentados em primeira página. Longe de ser um detalhe estilístico,

cada revista se distingue pela forma como se expressa materialmente através de suas decisões editoriais, as quais envolvem uma série de fatores como a definição de uma hierarquia para a distribuição dos conteúdos e o lugar dos colaboradores em suas páginas a criação, organização e manutenção de colunas pessoais; o tipo, o estilo e a distribuição das ilustrações (CRESPO; MAÍZ; FONSECA, 2021, p.1,2).

Em 18 de dezembro de 1930, Macedo Soares lança sua primeira coluna editorial contendo acusações a elementos da nova administração. O jornalista e empresário acusa o governo de estar servindo a interesses pessoais e aponta que há uma maré no “oceano da revolução” de

“vanguardeiros” que ainda não acertaram se marcharão para a extrema esquerda com o comunismo, ou para a extrema direita com o fascismo. A fórmula que pouco importa. Do que cuidam é de entreter a perturbação revolucionária, porque sentem que nada exprimem fora de um ambiente de desordem (SOARES, 1930, p. 1).

No decorrer dos anos de 1930 e 1931 a posição de militares no Governo Provisório é cristalizada através de indicação à cargos chave na administração pública e de novos parâmetros legais que ampliavam a presença do Executivo em áreas chave da economia, como a criação dos Institutos do Açúcar e do Alcool e do Departamento Nacional do Café. As críticas no *Diário Carioca* contra essa guinada do Governo Provisório tornam-se intensas, no entanto, não atingem Vargas, quem ainda é elogiado pelo jornal como sendo um líder de “espírito perfeitamente equilibrado” (SOARES, 1930, p. 1). O mesmo não ocorre com seus aliados mais próximos. Góis Monteiro é acusado de ser um “agitador desocupado” e Oswaldo Aranha é cobrado por reformas atrasadas (SOARES, 1930, p. 2). As primeiras rugas com Vargas aparecem quando o jornal critica a política fiscal do Governo Provisório:

Como é público e notório a revolução se faz para dois ou três felizardos com a ‘febre de governar’ contra toda a nação, que é a cobaia dos ensaios desses revolucionários puro-sangue. Neste momento histórico nós começamos a pagar em dinheiro a singularíssima política do sr. Getúlio Vargas; dentro em breve, nós prosseguiremos pagando-a com a liberdade e, finalmente, com nossas vidas. (SOARES, 1930, p.1).

A partir do fim de 1930, o *Diário Carioca* não cessou os ataques ao governo e seus integrantes mesmo

[...] quando o editorial “Balaio de caranguejos” chegou a causar a suspensão, pelo governo provisório, da distribuição da folha carioca a seus leitores. Mesmo assim o famoso editorial foi impresso, clandestinamente, na gráfica do jornal, tendo chegado às mãos de vários brasileiros. (COSTA, 2011, p. 101).

Sua transição para a oposição abriu caminho para um dos episódios de violência contra a imprensa de maior repercussão do período em que Vargas liderou o executivo. O ataque evidenciou a perseguição contra a veículos de comunicação e expôs a radicalização de elementos próximos ao Catete.

A repercussão dos periódicos: a liberdade de expressão em jogo

O assalto ao prédio da redação do *Diário Carioca* ocorreu no dia 25 de fevereiro de 1932 após uma sequência de críticas de Macedo Soares ao radicalismo que tomava conta do Governo Provisório e ao Clube 03 de Outubro, organização militar que nasceu com grande influência no governo a partir de seu primeiro presidente, Góis Monteiro, e seu sucessor, o interventor do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto.

O então coronel Góis Monteiro enxergava nas críticas uma ação sistemática contra os militares e em telegrama afirmou: “[...] jornalistas estão empenhados, em combinação, numa campanha de descrédito dos oficiais revolucionários” (Silêncio é Ouro, 1930, p.1). A tensão entre o jornal e o governo aumenta com o editorial do dia 24 de fevereiro de 1932, momento em que Macedo Soares acusou o Clube 03 de Outubro de “sustentar, pela violência, um regime de poderes discricionários, que o sr. Getúlio Vargas, evidentemente, planejou prolongar no país” (SOARES, 1932, p. 1). Na noite do dia seguinte, militares liderados por Odilon Batista, filho de Pedro Ernesto, atacaram a sede do *Diário Carioca* deixando funcionários feridos e a oficina destruída (COSTA, 2011, p. 108).

O ataque foi retratado com destaque na sexta-feira, dia 26 de fevereiro. O caderno vespertino *Diário da Noite* trouxe-o em matéria de capa e defendendo a “vida de um jornal”, a qual é:

sagrada em qualquer país culto. Tanto menos limitada é a ação da imprensa, tanto mais se pode medir a grandeza de uma nação e do direito que tem aos altos níveis do progresso e da cultura humanas. Um jornal não é patrimônio de ninguém [...] é antes, patrimônio da coletividade e qualquer atentado contra um jornal passa a ser um atentado contra essa própria coletividade. (As Ocorrências de Ontem, 1932, p.1.)

Em seguida o periódico relata o horror que tomou conta do local durante o ataque, quando tiros e gritos ecoaram na Praça Tiradentes, a qual “ficou transformada por momentos num campo de batalha”. Em seu editorial, o periódico reforça que “por sobre as ruínas do *Diário Carioca* pairará ainda a liberdade de pensamento” (As Ocorrências de Ontem, 1932, p.1).

O jornal *A Noite* fora alvo de depredações quando o Governo Provisório se instalou. O periódico que figurou durante a década de 1920 como aliado de Arthur Bernardes e Washington Luís, precisou passar por alterações editoriais para permanecer circulando. O jornal fez um relato mais factual e deu destaque à presença de Maurício Cardoso e Batista Luzardo – então chefe da polícia do Rio de Janeiro – nas dependências do *Diário Carioca*. Horas mais tarde, Cardoso voltaria ao prédio acompanhado do interventor no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha. Em sua reportagem, o jornal reproduziu o relato de testemunhas que viram “três caminhões do exército repletos de soldados”, algo corroborado por um ofício do então Ministro da Guerra, general Leite de Castro, em que o envolvimento de militares no ataque já era conhecido: “Chegando ao meu conhecimento que oficiais do Exército e da Armada, acompanhados de praças de suas corporações, empastelaram o ‘Diário Carioca’, na noite passada, determino que se proceda a inquérito, a fim de que sejam apurados os fatos” (O Diário Carioca foi empastelado, 1932, p.3).

A desorganização do exército tornaria esse processo de apuração impraticável. As forças militares passavam por uma reorganização forçada de seus quadros. Pouco após assumir o executivo, o Governo Provisório pôs na reserva militares não alinhados com o Catete. De 24 generais-de-brigada, apenas sete escaparam da degola e mais quarenta coronéis foram reformados. Aos afastados coube celebrar o aumento no soldo, enquanto o exército passava por uma crise de liderança (MCCANN, 2009, p. 357). A instabilidade das Forças Armadas, já manifesta pelo triunfo das tropas lideradas por Monteiro em 1930, alcançava seu pico quando do ataque ao *Diário Carioca*. A cobertura do *A Noite* buscou desvincular o Catete da ação dos militares apresentando um texto que separa a ação de terror contra o *Diário Carioca* da busca por solucionar o caso dos integrantes do governo, passando por civis, como Maurício Cardoso, até militares de alta patente, caso do general Leite de Castro.

O *Globo* de Irineu Marinho, quem também fundara *A Noite*, abre a reportagem com um editorial descrevendo a longa trajetória do jornal a favor das forças militares envolvidas nas revoltas de 1922 e 1924 e sua luta contra “[...] os ódios, as perseguições, as injustiças e as misérias da

politicagem [...]” da Primeira República. Demonstrada a posição do periódico, o editorial questiona “Como é que poderíamos agora permanecer mudos, diante da intolerância levada aos paroxismos dos atentados? Somos naturalmente [...]” atesta os editores, “[...] conduzidos a reprimir pela crítica as demasias da força.” (As gravíssimas ocorrências de ontem, 1932, p.7). A crítica ao ataque, porém, não acerta no Governo Provisório, instância que, ainda de acordo com o texto, “[...] tudo fará não só para que se esclareçam a origem do ataque e destruição do Diário Carioca, mas principalmente para que fatos análogos não exponham a cidade a alarmas e perspectivas fratricidas”. Por fim, *O Globo* espera que “[...] os próprios oficiais, hoje interessados nas normas políticas do país [...]” possam

aconselhar seus colegas mais afoitos. Os fatos como os de ontem diminuem imenso o conceito de cultura e elevação dos países onde ocorrem, se vozes mais calmas e prudentes não intervirem, no empenho de salvar a soma de conquistas morais adquiridas. Gostaríamos que nossa intervenção fosse interpretada como superioridade moral por quantos procuram caracterizar as conquistas revolucionárias como um patrimônio generoso e liberal. (As gravíssimas ocorrências de ontem, 1932).

O *Correio da Manhã*, dirigido por Paulo Bittencourt, foi publicado com editorial em linha mais incisiva que a dos demais veículos impressos da capital. Após um relato factual, o texto questiona o compromisso do Governo Provisório, como um todo, com as liberdades ofendidas pelos militares responsáveis pelo empastelamento:

Um dos postulados mais invocados durante a campanha eleitoral, que precedeu à organização da vitória da Revolução, era justamente o da liberdade de pensamento escrito ou falado. O sr. Getúlio Vargas assumiu compromissos muito sérios a esse respeito, quer em virtude da plataforma de lançamento de sua candidatura, quer por força de seu programa de ação, lido no célebre comício da esplanada do antigo morro do Castelo. Infelizmente, sob seu governo, tem acontecido o que durante a administração do sr. Washington Luís, que tinha mentalidade de cacique, jamais ocorreu. Agora, continuando o arrocho de uma lei odiosa conta a imprensa, nem a vida, nem a propriedade dos jornalistas se acham suficientemente garantidas (Os fatos de ontem na Praça Tiradentes, 1932).

O *Jornal*, parte dos Diários Associados de Assis de Chateaubriand, cobriu o acontecimento contextualizando-o através de um artigo que apresenta a “liberdade do pensamento” e “da imprensa”

como o “mais nobre melindre dos povos civilizados”. O editorial, então, relaciona tais características como sendo parte da tradição brasileira, a qual é

inflexível no julgamento dos episódios em que as paixões se voltaram contra a liberdade da imprensa, que não é um direito individual, porém um patrimônio inviolável da coletividade. Quando um prélo se cala, violentado pela força ilegal, não são os jornalistas nem os operários que mourejam pela noite para ganhar o pão de cada dia as vítimas das agressões, mas o povo brasileiro e mais do que ele a consciência humana [...] pelo conhecimento e pela defesa dos seus direitos (Diário Carioca, 1932, p.5).

Em contraste, o tradicional e conservador *Jornal do Comércio* traz repercussão comedida, apenas relatando o ataque e apontando o nome e função dos cinco feridos empregados do Diário feridos durante o ataque. O periódico afirma que as autoridades policiais “[...] acudiram com prontidão já não puderam deter os assaltantes que se tinham retirado com a mesma presteza com que haviam chegado e realizado seus desígnios” (Assalto ao Diário Carioca, 1932, p. 5). Além da inexpressividade do texto de alguns poucos parágrafos na quinta página, o jornal omite nomes, menções ao governo ou qualquer tipo de editorial. A cobertura faz parecer que o empastelamento foi algum tipo de acidente com feridos.

Todos os demais textos consultados traziam os nomes dos feridos durante o ataque principalmente os cinco funcionários que necessitaram de atendimento médico, sem que houvesse mortes. A violência contra os operários da oficina do *Diário Carioca* levou a uma paralização de vinte e quatro horas organizada pela União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro. Vários outros jornais interromperam sua circulação em Belém, Belo Horizonte e São Paulo. A organização defendeu a medida como “[...] um grito de protesto contra o atentado de que foram vítimas os companheiros que trabalham no *Diário Carioca* [...]” (A Situação. *Jornal do Comércio*, 1932, p.5). A corporação também preparou uma manifestação em frente ao Catete.

Nos dias que sucederam a greve (27/02/1932), os jornais retomaram uma forte campanha em favor da “liberdade da imprensa”. O *Jornal* trouxe foto do grupo de gráficos recebido no Catete em razão da manifestação promovida. Trazia em sua edição, ainda, uma reflexão sobre o papel dos

jornais independentes na vitória da “revolução”. Por fim, o texto afirma que não apenas “[...] o chefe do Governo Provisório e aos seus ministros, como a todos que compartilham as responsabilidades do advento do novo regime, o dever de meditar muito seriamente sobre o episódio tão lastimável”. Estavam em jogo “[...] o prestígio político do novo regime [...]”, bem “[...] como a própria honra do Governo Provisório.” (O protesto da imprensa brasileira contra o empastelamento do Diário Carioca, 1932, p.1).

O jornal *O Globo*, em sua distribuição vespertina, traz editorial de primeira página atacando a discricionariedade do governo e de seus interventores, os quais atuavam como “donatários de capitânias”. O jornal aponta o coronel Manoel Rabelo como modelo de interventor (São Paulo) por sua postura em garantir uma liberdade a imprensa. Ainda em tom de crítica, o jornal volta sua atenção para os acontecimentos no Diário Carioca, pontuando que

Os fatos aqui ocorridos [...] vieram mostrar que, depois de quarenta anos de regime republicano, o Brasil ainda está sujeito a surpresas na vida de suas liberdades [...]. Como é fácil de avaliar, todos esses fatos mostram a necessidade imperiosa do reestabelecimento da ordem legal e da disciplina. Sem a força das leis, os próprios governos podem ser envolvidos no vórtice da anarquia. Atravessamos um período da existência coletiva em que toda a gente reclama direitos quando o melhor é que todos também compreendam deveres. Pena é que nem todos os interventores, nem todos os chefes revolucionários, procedem como o coronel Manoel Rabelo, que prefere entregar os problemas políticos aos alvitres do chefe do Governo Provisório. (A lei contra a violência, 1932 p.1).

O editorial coloca em destaque Vargas como centro de equilíbrio das forças que tocaram o projeto de tomada de poder em 1930. Porém, o chefe do executivo, adotando uma política pendular, entendera que a aprovação do Código Eleitoral em 25 de fevereiro, véspera do ataque ao Diário Carioca, deveria ser balanceada em favor dos militares do Clube 03 de Outubro. Uma manifestação a favor do retorno à constitucionalidade marcada para o dia seguinte à greve dos trabalhadores da imprensa foi impedida de ocorrer e uma possível punição aos responsáveis pelo ataque ficava cada vez mais distantes. (NETO, 2013, p. 18,19).

A cúpula militar encenava um inquérito fadado ao fracasso. O general Leite de Castro, em contato com Vargas, admitira que “se fosse uns vinte anos a menos” teria feito o mesmo. Em entrevista ao periódico *A Noite*, o interventor em São Paulo, coronel Manoel Rabelo, resumiu o sentimento dos militares em relação ao atentado: “Reputo o momento delicadíssimo. Os jornais deviam conter-se em sua linguagem [...] tomei todas as providências para assegurar à imprensa a sua liberdade, não me esqueci, por outro lado, de pedir-lhes aquele comedimento” (Interessante palestra com o interventor paulista, 1932, p. 1). Para trabalhar sua imagem, o Clube 03 de Outubro visitou gráficos do *Diário Carioca* hospitalizados e preparou uma viagem à Petrópolis para o dia três de março em apoio à Vargas.

Os textos aqui reunidos e citados revelam a consciência de classe entre os veículos de comunicação da capital. Com exceção do *Jornal do Comércio*, os demais veículos trataram a situação com seriedade e todos aderiram à paralisação convocada pela União dos Trabalhadores Gráficos. O motivo pelo qual esse ataque ganhou notoriedade num contexto em que a violência contra o jornalismo não era novidade recaí sobre sua ligação com a pessoa de Vargas e o envolvimento de militares. A imprensa que lutara contra a Primeira República por seus abusos contra a liberdade de pensamento, principalmente durante a década de 1920 – *O Globo*; *Diário Carioca*; *Correio da Manhã* – deparava-se com o fato de que o Governo Provisório não apenas protegeria sua ala mais radical, como lhe daria espaço para perpetrar o silenciamento de críticas, fosse através da violência direta ou de um aparelhamento legal repressivo.

Considerações Finais

O *Diário Carioca* retomou sua circulação no dia cinco de abril de 1932, pouco mais de um mês após os ataques, e trazia “[...] preciosos subsídios para a reconstituição histórica [...]” com a publicação das cartas contendo os pedidos de demissão de Batista Luzardo, Lindolfo Color, Maurício Cardoso e João Neves da Fontoura, quatro políticos ativamente envolvidos no golpe de 1930 e antigos aliados de Vargas. O jornal publica, também, uma entrevista com o próprio Luzardo em que

o ex-chefe de polícia do Distrito Federal deixa claro que o Clube 03 de Outubro arquitetou o ataque sob comando de “oficiais do gabinete do gabinete do sr. ministro da guerra e da prefeitura, do sr. Pedro Ernesto.” (Recapitulação de quarenta dias de dissídios e entendimentos, 1932, p. 1).

O evento aproximou o Catete de um setor radical e se concentrou, nesse momento, nos militares, grupo sobre o qual Vargas se alicerçava para manter-se no Executivo. Em contrapartida, houve a perda de aliados políticos de longa data e de interlocutores importantes na esfera do cotidiano político. Isso tornaria futuras negociações com Flores da Cunha e com as demais forças do Rio Grande especialmente difíceis para o Catete.

A destruição do *Diário Carioca* possui lugar nas principais pesquisas historiográficas sobre o período, em parte, por ser uma janela para compreender o desgaste que o Executivo nacional sofria com a fragilidade das alianças que levaram ao fim da Primeira República. Nesse sentido, é importante observar o evento como um ataque às liberdades e aos direitos individuais e coletivos durante um governo que tomara o poder sustentado pelo jornalismo urbano.

Não existe uma continuidade teleológica que ligue o Estado Novo ao golpe de 1930, entretanto, ofensas às liberdades da imprensa foram perpetradas desde logo por Vargas e seus aliados, o que feriu a cidadania e os direitos da população. Tomando por empréstimo o conceito de “identidade social politizada” de Botelho e Schwartz (2012, p. 77-79) temos que “cidadania envolve modos de identificação intersubjetiva entre as pessoas e sentimentos de pertencimento criados coletivamente em inúmeras mobilizações, confrontos e negociações cotidianas, práticas e simbólicas”.

A consequência da política pendular de Vargas colaborou para a eclosão da uma guerra civil contra São Paulo, a denominada Revolução Constitucionalista. A defesa da “ordem legal” por parte dos combatentes de São Paulo servira apenas como catalizador. O objetivo era levantar uma bandeira que possibilitasse arrecadar recursos e mobilizar homens não apenas em São Paulo, mas em qualquer outro local.

Desde o princípio do ano de 1932, os jornais paulistas faziam grande campanha em prol de uma causa que fosse capaz de congregiar todos os grupos sociais, que unisse todos os paulistas em torno de um objetivo comum: o fim do regime discricionário instaurado após a Revolução de 1930. (MARTINO, 2013, p. 245).

A estratégia dos paulistas não se confirmou. A falta de suporte de outros estados impossibilitou qualquer chance de equilíbrio no teatro de operações e não demorou para que o exército provasse sua superioridade demonstrando que a reforma na instituição e a aposta do chefe do Executivo a setores radicais dos quartéis havia dado o retorno esperado, pelo menos por hora. O legado do conflito, portanto, foi “mais do que em qualquer outra época, [...] deixar o Exército mais próximo de possuir o monopólio da força no Brasil”. (MCCANN, p. 357).

Em paralelo ao conflito, o processo de retorno à normalidade constitucional foi tomando rumo e evidenciando a preponderância de direitos sociais e de garantias aos trabalhadores em detrimento de liberdades individuais e manifestações de pensamento nos discursos e propostas para a formulação da nova carta. Movimento semelhante se desenvolveu em âmbito internacional, como é possível observar na Europa da década de 1920/30 ou mesmo na América Latina, como as cartas desenvolvidas no Uruguai e no México. (MAGALHÃES, 2013, p. 453-454).

Em resumo, as diferenças entre os veículos impressos da capital e suas possíveis posições políticas ficaram prejudicadas em razão da violência realizada por grupos de militares com o aval do Catete. Além de reprovar o ataque, os periódicos encaravam o fato de que o Executivo adotaria uma linha repressiva contra seus opositores. Em seu retorno, o *Diário Carioca* trouxe em sua capa:

Eis aí onde chegamos depois de dezesseis meses de travessia nesse deserto de homens e ideias. Mas na desolação da incompetência e da mediocridade, repontam as verduras de um oásis. A esperança renasce. As vozes do minuano tornam a encher a vastidão da pátria com as promessas de paz e liberdade. (SOARES, 1932, p.1).

As manifestações de solidariedade e os editoriais publicados servem como vestígio para a compreensão da defesa de liberdade da imprensa quando do empastelamento do *Diário Carioca*. A esperança anunciada prenunciada pareceu concretizar-se através da Constituição de 1934 e do

retorno à normalidade legal. Entretanto, a censura e a violência contra a mídia voltaram a se intensificar após 1935. Permaneceu, assim, exposta a cicatriz no direito de pensamento tão denunciada pelos periódicos aqui contemplados.

Referências Bibliográficas

A lei contra a violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2373, p. 1, 29 de fev. de 1932. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-aoacervo/?navegacaoPorData=193019320229C&edicao=Vespertina>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

A Situação. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 105, n. 49, p. 5, 28 de fev. de 1932. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_12&Pesq=%22Di%20C3%20a1rio%20Carioca%22&pagfis=14841. Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

ALCYR, Geraldo L. A Aliança Liberal e a Revolução de 1930. **A Defesa Nacional**, v.94, (812). Recuperado de <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/6197> p. 67-77.

As gravíssimas ocorrências de ontem. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2376, 24 de fev. 1932, disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=193019320226>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2021.

As Ocorrências de Ontem. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 638, p.1, 24 de fev. de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&Pesq=%22Di%20C3%20a1rio%20Carioca%22&pagfis=92. Acesso em: 04 de fevereiro de 2021.

Assalto ao Diário Carioca. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 105, n. 45, p.5, 26 de fev. de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_12&pesq=%22Di%20C3%20A1rio%20Carioca%22&pagfis=ano%20193&pagfis=14819. Acesso em: 1 de fevereiro de 2021.

BARBOSA, Marialva. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v.12, n. 2, pp. 215-234, junh/dez, 2006.

BATALHA, Cláudia H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierr; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. **Histoire du XX siècle: la fin du monde européen, 1900-1945**. Paris: Ed. Hatier, 1996, p. 201.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilian Moritz. Cidadania e direitos: aproximações e relações In:_____. **Cidadania, um projeto em construção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, e-book, pp. 1884.

Brasil. **Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907**. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. Rio de Janeiro, Congresso Nacional, 2021, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html> Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

Brasil. **Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923**. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providencias. Rio de Janeiro, Congresso Nacional, 2021, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html#:~:text=Art.,Os%20crimes%20previstos%20nos%20arts.&text=126%20do%20Codigo%20Penal%20%2D%20metade, cuja%20pratica%20se%20tiver%20provocado>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

CRESPO, Regina; MAÍZ, Claudio; FONSECA, Claudia Lorena. Apresentação - Revistas Culturais latino-americanas dos séculos XX-XXI: teoria, circulação e suportes. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 39, pp. 1-18, jan/abr, 2021.

COSTA, Cecília. **Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

Diário Carioca. **O Jornal**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 4084, p. 5, 26 de fev. de 1932, disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&Pesq=%22Di%3%a1rio%20Carioca%22&pagfis=12557. Acesso em: 13 de fevereiro de 2021

FRANCO, Virgílio de Mello. **1930: Outubro**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Ângela de Castro; As marcas do período In:_____. **História do Brasil nação, olhando para dentro 1930-1964**. São Paulo: ed. Objetiva, v. 4, 2013.

Interessante palestra com o interventor paulista. **A Noite**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 7277, 29 de fev. de 1932, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&Pesq=%22Di%3%a1rio%20Carioca%22&pagfis=7568. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, esfera pública e memória operária – Rio de Janeiro(1880-1920). **Revista História**, São Paulo, n. 175, 2016, p. 415-448, jul.dez. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.109940>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

- MAGALHÃES, Pedro C. Explaining the Constitutionalization of Social Rights: Portuguese Hypotheses and a Crossnational Test. In: GALLIGAN, Denis J.; VERSTEEG, Mila. **Social and Political Foundations of Constitutions** Nova York: Cambridge University Press, 2013, 432-460.
- MARTINO, João Paulo. **1932 – São Paulo em armas**. Atibaia, São Paulo: Editora Excalibur, 2013, ebook, p. 678.
- MARTINS, Ana Luísa; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2012, e-book pp. 5271.
- MATOS Júlia. Os Intelectuais, a Aliança Liberal e as críticas ao personalismo: heranças da tradição do pensamento político brasileiro. In: **Revista Biblos**, Porto Alegre, v.23, n.2, jun./dez 2009, p.207-222
- MCCANN, Frank. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 357.
- NETO, Lira. **Getúlio: 1930-1945, do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- O Diário Carioca foi empastelado. **A Noite**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 7275, p. 3, 24 de fev. de 1932. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&Pesq=%22Di%20Carioca%22&pagfis=7548. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021
- O protesto da imprensa brasileira contra o empastelamento do Diário Carioca. **O Jornal**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 4085, p. 5, 28 de fev. de 1932, disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&Pesq=%22Di%20Carioca%22&pagfis=12573. Acesso em: 22 de fevereiro de 2021
- O'MAHONY, T.P. The Press and Democracy. **Studies: An Irish Quarterly Review**, Dublin, V. 63, n. 249, pp. 47-58, junh/dez, 1974.
- Os fatos de ontem na Praça Tiradentes. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 31, n. 11413, 26 de fev. de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Di%20Carioca%22&pagfis=10643. Acesso em: 26 de fevereiro de 2021.
- OSTOS, Natascha S. C. **Sociabilidade Parlamentar em cena: atores políticos, cotidiano e imprensa na cidade do Rio de Janeiro (1902-1930)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014, p. 223.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Recapitulação de quarenta dias de dissídios e entendimentos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 1126, p. 2, 5 de abr. de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&Pesq=Desocupado&pagfis=7297. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926-1934). **Revista de História**. São Paulo, v. 15, n.117, pp. 71-81, jan/junh, 1984.

REVEL, Jacques. “Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica”. In:_____. **Proposições. Ensaaios de história e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009, p. 133.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e Sociedade In:_____. **História do Brasil nação: A abertura para o mundo, 1889-1930**. São Paulo, Editora Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, e-book pp. 3790.

Silêncio é Ouro. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 759, p.1, 18 de dez. de 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&Pesq=Monteiro&pagfis=3469. Acesso em: 02 de fevereiro de 2021

SOARES, Macedo. A Exploração Extremista. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 759, p.1, 18 de dez. de 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&Pesq=Mesquinha&pagfis=3469. Acesso em 04 de abril de 2021

SOARES, Macedo. Diário Carioca. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 1126, p. 1, 5 de abr. de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&Pesq=Desocupado&pagfis=7296. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021

SOARES, Macedo. Torre de Babel. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 1124, p.1, 24 de fev. de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&Pesq=Desocupado&pagfis=7280. Acesso em: 03 de fevereiro de 2021

SODRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: ed. Maud. 4ª edição, 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987. P14

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política café com leite”**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.